

PROJETO DE LEI 1.397/2015 ¹

1. Síntese da Matéria:

O Projeto de Lei nº 1.397, de 2015, propõe a inclusão, como requisito para a habilitação ao processo licitatório e também como causa de rescisão de concessão florestal outorgada, a comprovação da contratação de um percentual de mão de obra feminina nunca inferior a cinco por cento do total de empregados.

2. Análise:

A medida não tem impacto sobre as receitas ou despesas públicas federais.

De acordo com o Regimento Interno, somente aquelas proposições que "importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública" estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária. Neste sentido dispõe também o art. 9º de Norma Interna, aprovada pela CFT em 29.05.96, in verbis:

"Art. 9º Quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira deve-se concluir no voto final que à Comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não."

3. Resumo:

O PL 1.397/2015 propõe a inclusão, como requisito para a habilitação ao processo licitatório, da comprovação da contratação de um percentual de mão de obra feminina, sem impacto sobre as finanças públicas federais.

Brasília, 22 de Agosto de 2017.

Agricultura, Fazenda e Turismo
Wellington Pinheiro de Araújo - Coordenador de Núcleo

¹ Solicitação de Trabalho 1384/2017 da Secretaria da Comissão de Finanças e Tributação para atender ao disposto no art. 10-A da Norma Interna da CFT.